

CICLO DE ESTUDOS: **QUÍMICA APLICADA**  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **UNIVERSIDADE DO ALGARVE**  
UNIDADE ORGÂNICA: **FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (UALG)**  
NÚMERO PROCESSO: **NCE/25/2500021**  
GRAU: **LICENCIADO**  
DECISÃO: **NÃO ACREDITAR**  
DATA PUBLICAÇÃO: **2026-01-06**

## **DECISÃO DO CA**

**DECISÃO:**  
Não acreditar

### **FUNDAMENTAÇÃO EM PT:**

O Conselho de Administração decide não acreditar o ciclo de estudos, em concordância com a fundamentação e recomendação da Comissão de Avaliação Externa. O ciclo de estudos apresenta várias fragilidades ao nível do desenvolvimento curricular, nomeadamente diversas insuficiências e incoerências nas fichas das unidades curriculares, bem como na coordenação destas unidades curriculares com os objetivos gerais e de aprendizagem do ciclo de estudos. Tal é manifestamente insuficiente face aos objetivos propostos, não permitindo o cabal cumprimento do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto. Por conseguinte, não está cumprido o requisito de acreditação conforme disposto no ponto 1, alínea a), do artigo 57º do Decreto-Lei n. 74/2006, de 24 de março, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto.

### **FUNDAMENTAÇÃO EM EN:**

The Management Board decides not to accredit the study programme, in accordance with the External Assessment Team reasons and recommendation. The study programme has several weaknesses in terms of curricular development, namely several insufficiencies and inconsistencies in the Curricular Unit Sheets, as well as in their coordination with the general and learning objectives of the study programme. This is clearly insufficient in view of the proposed objectives and does not allow for full compliance with the provisions of Article 5 of Decree-Law No. 74/2006 of 24 March, as amended by Decree-Law No. 65/2018 of 16 August. Consequently, the accreditation requirement, as set out in point 1, paragraph a), Article 57 of Decree-Law no. 74/2006 of 24 March, as amended by Decree-Law no. 65/2018 of 16 August, is not met.